

JPP CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII

CNPJ: 17.216.625/0001-98
(Administrado pelo Banco Finaxis S.A.)
(CNPJ: 11.758.741/0001-52)

Relatório dos Auditores Independentes às
demonstrações contábeis - 30 de junho de 2018

JPP CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII

CNPJ: 17.216.625/0001-98

(Administrado pelo Banco Finaxis S/A) CNPJ: 11.758.741/0001-52

Demonstrações contábeis

30 de junho de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	03
Balanço patrimonial.....	07
Demonstração dos resultados dos exercícios.....	08
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	09
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e ao Administrador do

JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII

CNPJ: 12.978.943/0001-72

(Administrado pelo Banco Finaxis S/A) CNPJ: 11.758.741/0001-52

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e a respectiva demonstração do resultado, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício encerrado nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII em 30 de junho de 2018 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos imobiliários.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábil como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábil e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do investimento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 05 o Fundo possui investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE's). Para a avaliação de seu valor recuperável o Fundo utilizou estimativas, julgamentos e premissas relevantes, que consideram projeções sobre eventos futuros, tais como cronograma de lançamentos, e previsão de custos, associados às condições atuais de mercado para as Sociedades com projetos imobiliários. Alterações nessas estimativas e premissas podem impactar de forma relevante o valor recuperável desses ativos nas demonstrações contábeis. Em função disso, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram entre outros avaliar a metodologia e premissas chave utilizadas pelo Fundo no cálculo de valor recuperável dos investimentos, incluindo a revisão do plano orçamento, dos custos de construção, da recuperabilidade do contas a receber oriundos da venda de imóveis além dos imóveis em estoque nas SPE's. Efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos e avaliação do valor recuperável destes ativos. Adicionalmente, avaliamos a adequação e suficiência das divulgações efetuadas pelo Fundo.

Outros assuntos

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 28 de setembro de 2017 sem ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

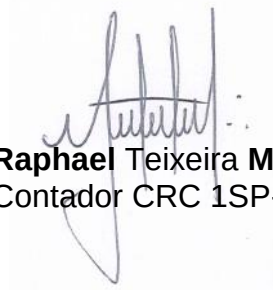
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de setembro de 2018.

Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 031.056/O-2



Emerson Fabri
Contador CRC 1SP-236.656/O-6



Raphael Teixeira Maciel
Contador CRC 1SP- 302.257/O-5

JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A.)

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	30 de junho de 2018			30 de junho de 2017		
	Quantidade	Valor Contábil	% sobre o patrimônio líquido	Quantidade	Valor Contábil	% sobre o patrimônio líquido
Circulante		7.566	19,96		17.807	38,50
Disponibilidades (Nota 4)		2	0,01		-	-
Operações Compromissadas		96	0,25		7.761	16,78
Títulos Públicos Federais						
Notas do Tesouro Nacional (Nota 4b)	30	96	0,25		-	-
Letras do Tesouro Nacional (Nota 4b)		-	-	8.902	7.761	16,78
Títulos e Valores Mobiliários		7.463	19,69		10.041	21,71
Letras de Crédito Imobiliário (Nota 5)	3	7.463	19,69	6	10.041	21,71
Outros		5	0,01		5	0,01
Não Circulante		30.466	80,37		28.753	62,17
Ações de companhias fechadas (Nota 6)		25.221	66,53		24.030	51,96
Idea Empreendimentos SPE 9 Ltda.	968.563.818	9.044	23,86	968.563.818	8.969	19,39
Idea Empreendimentos SPE 15 Ltda.	514.561.568	5.573	14,70	514.561.568	4.934	10,67
Idea Empreendimentos SPE 18 Ltda.	714.560.599	6.500	17,15	714.560.599	6.153	13,30
Idea Empreendimentos SPE 24 Ltda.	379.839.456	4.104	10,83	379.839.456	3.974	8,59
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)		3.103	8,19		2.397	5,18
Idea Empreendimentos SPE 9 Ltda.		242	0,64		112	0,24
Idea Empreendimentos SPE 15 Ltda.		1.659	4,38		1.225	2,65
Idea Empreendimentos SPE 18 Ltda.		1.202	3,17		660	1,43
Idea Empreendimentos SPE 24 Ltda.		-	-		400	0,86
Mais valia de ativos (Nota 6)		2.142	5,65		2.326	5,03
Total do ativo		38.032	100,33		46.560	100,68
Passivo						
Valores a Pagar		124	0,33		314	0,68
Taxa de consultoria especializada		51	0,13		81	0,18
Taxas de Auditoria e Custódia		56	0,15		55	0,12
Taxas de Gestão		8	0,02		13	0,03
Taxa de Administração (Nota 11)		6	0,02		11	0,02
Taxa de CETIP		2	0,01		1	0,00
Resultados a distribuir		-	-		153	0,33
Outros		1	0,00		-	-
Total do passivo		124	0,33		314	0,68
Patrimônio Líquido		37.908	100,00		46.246	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		38.032	100,33		46.560	100,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A.)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Composição do Resultado dos exercícios	2018	2017
Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária	(443)	1.226
Resultado com letras de crédito imobiliário	541	2.001
Resultado com equivalência patrimonial	(896)	(1.942)
Amortização de mais valia de ativos	(88)	(601)
Dividendos	-	1.768
Operações compromissadas		
Receitas	205	235
Outras Despesas	(1.100)	(1.755)
Taxa de Consultoria	(705)	(985)
Taxa de gestão	(113)	(235)
Taxa de auditoria e custódia	(96)	(97)
Taxa de Administração (Nota10)	(84)	(38)
Despesas tributárias	(46)	(18)
Taxa Cetip/Selic	(21)	(16)
Taxa de Fiscalização CVM	(13)	(349)
Outras Despesas	(22)	(16)
Resultado líquido do(s) exercício(s)	(1.338)	(293)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Cotas integralizadas	Lucros acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2016	55.795	1.299	57.094
Amortização de cotas no exercício	(7.300)	-	(7.300)
Distribuição de Resultado no Exercício	-	(3.255)	(3.255)
Resultado líquido no exercício	-	(293)	(293)
Saldo em 30 de junho de 2017	48.495	(2.249)	46.246
Amortização de cotas no exercício	(7.000)	-	(7.000)
Resultado líquido no exercício	-	(1.338)	(1.338)
Saldo em 30 de junho de 2018	41.495	(3.587)	37.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Compra de outros instrumentos financeiros	(652.804)	(493.017)
Venda de outros instrumentos financeiros	652.963	504.875
Pagamento da taxa de administração	(207)	(1.108)
Pagamento da auditoria e custódia	(95)	(90)
Pagamento da consultoria especializada	(735)	(156)
Demais pagamentos / recebimentos	(55)	(51)
Caixa líquido das atividades operacionais	(933)	10.453
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento em Sociedades de Propósito Específico	(3.708)	(567)
Redução do Investimento em Sociedades de Propósito Específico	1.012	-
Venda de Letras de Crédito Imobiliário	3.119	
Dividendos recebidos de Sociedades de Propósito Específico	-	1.768
Fluxo de caixa das atividades financeiras	423	1.201
Distribuição de resultados	(153)	(3.103)
Amortização de cotas	(7.000)	(7.300)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(7.153)	(10.403)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(7.663)	1.251
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	7.761	6.510
Disponibilidades	-	-
Operações Compromissadas	7.761	6.510
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	98	7.761
Disponibilidades	2	-
Operações Compromissadas	96	7.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII foi constituído em 11 de janeiro de 2013 e iniciou suas atividades em 22 de abril de 2013, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de seis anos, contados da data de registro do fundo na CVM, isto é, 13 de maio de 2013. O prazo de duração poderá ser prorrogado por até um ano por recomendação da Administradora ou do Gestor, mediante aprovação do Comitê de Investimento, ou prazo superior, por meio de aprovação pela Assembleia Geral.

O objetivo do Fundo é o investimento na aquisição de direitos reais sobre bens imóveis e desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários, direta ou indiretamente, seja pela construção, incorporação ou loteamento de imóveis, mediante a contratação de empresas especializadas, para posterior venda. Como atividade subsidiária, o Fundo poderá auferir renda com a locação ou o arrendamento de Ativos Imobiliários.

Tendo em vista a natureza dos investimentos realizados pelo Fundo, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e as aplicações do Fundo, não havendo garantias, portanto, de que o capital efetivamente integralizado será remunerado conforme expectativa dos Cotistas.

O Fundo é destinado ao público em geral, incluindo pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundo de investimento e investidores institucionais, residentes e domiciliados no Brasil ou no exterior.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O cotista está exposto à possibilidade de ser chamado a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, regulamentados pela Instrução CVM nº 516, de 29 de dezembro de 2011, e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovados pela CVM.

Na elaboração destas demonstrações contábeis, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e a determinação dos valores dos ativos e dos instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros de natureza imobiliária e não imobiliária, bem como as propriedades para investimentos que estão mensurados pelo valor justo conforme requerido pela Instrução CVM nº 516/11.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa abrange saldos de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de obrigações de curto prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica “Receita com operações compromissadas”.

c. Títulos e valores mobiliários

(i) Títulos para negociação

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Títulos para negociação”, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

(ii) Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente pelo valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento e estão classificadas na categoria de “Títulos para negociação”. A valorização e a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

(iii) Letras de crédito imobiliário

As letras de crédito imobiliário são registradas ao custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos auferidos, e estão classificadas na categoria de “Títulos para negociação”. A valorização das letras de crédito imobiliário está apresentada em “Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária - Resultado com letras de crédito imobiliário”.

d. Participações em Sociedades de Propósitos Específicos

As ações de companhias de capital fechado são classificadas como instrumento de patrimônio, conforme determina a Instrução CVM 516/11 e CPC 18 - Investimentos em coligadas e controladas, tendo sido inicialmente reconhecidas pelo seu valor de custo de aquisição e subsequentemente aplicado o método de equivalência patrimonial.

Não foram observados indícios de redução no valor recuperável referente à participação em companhias fechadas, conforme termos do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC 01. A Administração revisa periodicamente tais investimentos através da elaboração de fluxo de caixa descontado de cada investimento com o objetivo de identificar indícios de perdas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos bancários à vista (a)	2	-
Aplicações financeiras não imobiliárias (b)	96	7.761
Total	<u>98</u>	<u>7.761</u>

(a) O montante de R\$ 2 em 30 de junho de 2018 está representado por depósitos à vista em instituições financeiras.

(b) Aplicações financeiras de natureza não imobiliária em 30 de junho de 2018 e 2017 estão representadas por operações compromissadas.

5 Aplicações financeiras de natureza imobiliária

Composição da carteira

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Fundo possui investimentos em Letras de Crédito Imobiliário e cotas de sociedades de propósitos específicos, conforme segue:

a. *Letras de Crédito Imobiliário*

Registrados na categoria de “Títulos para negociação” com as seguintes características:

30 de junho de 2018

Títulos e valores mobiliários para negociação	Indexador	Valor de custo	Valor contábil	Faixa de vencimento
Circulante				
Letras de Crédito Imobiliário		<u>6.882</u>	<u>7.463</u>	
Caixa Econômica Federal	84% do CDI	5.000	5.347	Acima de 1 ano
Caixa Econômica Federal	82% do CDI	1.882	2.116	Acima de 1 ano

30 de junho de 2017

Títulos e valores mobiliários para negociação	Indexador	Valor de custo	Valor contábil	Faixa de vencimento
Circulante				
Letras de Crédito Imobiliário		<u>10.000</u>	<u>10.041</u>	
Caixa Econômica Federal	84% do CDI	5.000	5.039	Acima de 1 ano
Caixa Econômica Federal	82% do CDI	5.000	5.002	Acima de 1 ano

6 Ativos de natureza imobiliária

a. Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)

A composição das cotas de sociedades de propósitos específicos está assim apresentada:

2018							
Sociedades de propósitos específicos	Participação (%)	Quantidade de cotas	Investimento	Equivalência Patrimonial do exercício	Equivalência Patrimonial Total (c)	Ágio na aquisição do investimento (a)	Adiantamento para futuro aumento de Capital (b)
Idea Empreendimentos SPE 9 Ltda.	60,00	968.563.818	9.792	(31)	(748)	1.704	242
Idea Empreendimentos SPE 15 Ltda.	52,00	514.561.568	6.371	(586)	(798)	251	1.659
Idea Empreendimentos SPE 18 Ltda.	52,00	714.560.599	7.806	(314)	(1.306)	155	1.202
Idea Empreendimentos SPE 24 Ltda.	52,00	379.839.456	3.798	130	306	32	-
Total			27.767	(801)	(2.546)	2.142	3.103
2017							
Sociedades de propósitos específicos	Participação (%)	Quantidade de cotas	Investimento	Equivalência Patrimonial do exercício	Equivalência Patrimonial Total (c)	Ágio na aquisição do investimento (a)	Adiantamento para futuro aumento de Capital (b)
Idea Empreendimentos SPE 9 Ltda.	60,00	968.563.818	9.686	(127)	(717)	1.704	112
Idea Empreendimentos SPE 15 Ltda.	52,00	514.561.568	5.146	(1.205)	(212)	342	1.225
Idea Empreendimentos SPE 18 Ltda.	52,00	714.560.599	7.145	(123)	(992)	155	660
Idea Empreendimentos SPE 24 Ltda.	52,00	379.839.456	3.798	(487)	176	125	400
Total			25.775	(1.942)	(1.745)	2.326	2.397

- (a) Este ágio originou-se devido à compra das cotas das Sociedades de Propósito Específico pelo valor contábil atualizado pelo CDI. Este ágio não possui critério de amortização, sendo que a expectativa de realização deste será à medida que as Sociedades de Propósito Específico vierem a dar retorno financeiro. O prazo de duração do Fundo está compatível com o prazo de retorno dos investimentos nas Sociedades de Propósitos Específicos. Foram realizadas baixas no Ágio referente as SPE's 15 e 24 de acordo com as vendas contabilizadas em cada um dos projetos.

- (b) Recursos aportados pelo Fundo nas Sociedades de Propósitos Específicos com a promessa futura de aumento de capital social.
- (c) Apurado com base nos dados das SPEs de abril de 2018.

MINUTA

Segue descritivo das principais características dos projetos das Sociedades de Propósitos Específicos:

(i) *Idea Empreendimentos SPE 9 Ltda. (“SPE 9”)*

A SPE 9, com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, foi constituída em 14 de dezembro de 2010. Tem por objeto social a atuação na incorporação de empreendimentos imobiliários. Em 30 de abril de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 16.321 e está representado por 1.632.099.700 cotas (em 31 de maio de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado era de R\$ 16.143 e estava representado por 1.614.273.030 cotas).

O projeto Alceu Vieira 101 - SPE 9 - Ed. Sage está localizado na Rua Capitão Alceu Vieira, 101 e teve seu projeto arquitetônico elaborado pelo escritório espanhol B720 Fermín Vazquez Arquitectos. Por questões de mercado, estuda-se em conjunto com o incorporador a melhor estratégia de lançamento com relação ao prazo e produto, e a tendência é que seja o quarto projeto a ser lançado. A estratégia de lançamento poderá ser novamente modificada caso as perspectivas em relação ao mercado imobiliário se alterem.

Abaixo apresentamos as principais informações contábeis da SPE 9:

	30 de abril de 2018	31 de maio de 2017
Ativo	14.655	14.615
Disponibilidades	19	19
Outros créditos	3	3
Estoques		
Terrenos	11.551	11.551
Obras em andamento	2.790	2.762
Outros ativos	292	292
Passivo	101	207
Contas a pagar	1	19
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII	60	112
Outros sócios	40	76
Patrimônio líquido	14.554	14.408
Capital social	16.321	16.143
Prejuízos acumulados	(1.767)	(1.735)
Passivo e patrimônio líquido	14.655	14.615
Resultado	(20)	(30)

(ii) *Idea Empreendimentos SPE 15 Ltda. (“SPE 15”)*

A SPE 15, com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, foi constituída em 2 de agosto de 2011. Tem por objeto social a atuação na incorporação de empreendimentos imobiliários. Em 30 de abril de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 12.251 e está representado por 1.225.100 cotas (em 31 de maio de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado era de R\$ 9.895 e estava representado por 989.541.477 cotas).

O projeto Mota Pais - SPE 15 - Ed. Árbol está localizado na Rua Mota Pais, 102 e teve seu projeto arquitetônico elaborado pelo escritório português Carvalho Araújo. O projeto que foi

lançado em 28 de março de 2014, teve sua obra entregue em dezembro de 2016, e até o dia 29 de junho de 2018 foram vendidas 72% das unidades.

Abaixo apresentamos as principais informações contábeis da SPE 15:

	30 de abril de 2018	31 de maio de 2017
Ativo	13.979	23.539
Disponibilidades	279	675
Clientes	530	5.006
Adiantamentos a Fornecedores	2	1
Impostos a recuperar	20	22
Estoques	13.141	17.823
Despesas antecipadas	-	2
Bens móveis	5	7
Intangível	2	3
Passivo	1.018	12.103
Fornecedores	73	358
Empréstimos e financiamentos	-	8.868
Débitos sociais e tributários	3	123
Contas a Pagar	921	2.546
Impostos Diferidos	21	208
Patrimônio líquido	12.961	11.436
Capital social	12.251	10.690
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII	1.659	812
Outros sócios	1.531	749
Reservas de Lucro	(1.115)	(121)
Lucros acumulados	(1.365)	(694)
Passivo e patrimônio líquido	13.979	23.539
Resultado do período	(1.365)	(694)

(iii) *Idea Empreendimentos SPE 18 Ltda. (“SPE 18”)*

A SPE 18, com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de outubro de 2011. Tem por objeto social a atuação na incorporação de empreendimentos imobiliários. Em 30 de abril de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 15.011 e está representado por 1.501.100 cotas (em 31 de maio de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado era de R\$ 13.742 e estava representado por 1.374.154.998 cotas).

O projeto Alceu Vieira 44 - SPE 18 - Ed. Tetris está localizado na Rua Alceu Vieira, 44 e seu projeto está em fase final de aprovação. Conforme estratégia traçada em conjunto com o incorporador, será o terceiro a ser lançado. A estratégia de lançamento poderá ser novamente modificada caso as perspectivas em relação ao mercado imobiliário se alterem.

**JPP Capital Fundo de
Investimento Imobiliário - FII**
*Demonstrações contábeis dos exercícios findos
em 30 de junho de 2018 e 2017*

Abaixo apresentamos as principais informações contábeis da SPE 18:

	30 de abril de 2018	31 de maio de 2017
Ativo	14.260	12.999
Disponibilidades	148	204
Outros créditos	5	10
Estoques		
Terrenos	10.160	10.160
Obras em andamento	3.328	2.625
Bens móveis	619	-
Passivo	313	1.413
Contas a pagar	308	144
Débitos sociais e tributários	5	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		
JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII	-	660
Outros sócios	-	609
Patrimônio líquido	13.947	11.586
Capital social	15.011	13.742
Adiantamento para futuro aumento de capital		
JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII	642	-
Outros sócios	593	-
Prejuízos acumulados	(2.299)	(2.156)
Passivo e patrimônio líquido	14.260	12.999
Resultado do período	(176)	(25)

(iv) *Idea Empreendimentos SPE 24 Ltda. ("SPE 24")*

A SPE 24, com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de maio de 2012. Tem por objeto social a atuação na incorporação de empreendimentos imobiliários. Em 30 de abril de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 7.305 e está representado por 730.450.891 cotas (em 31 de maio de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado era de R\$ 7.305 e está representado por 730.450.891 cotas).

O projeto Votupoca - SPE 24 está localizado na Rua Votupoca, 53 e teve seu projeto arquitetônico elaborado pelo escritório brasileiro Gui Mattos. O projeto que teve seu lançamento em março de 2015, concluiu as obras em Maio de 2017 e apresenta 84% das unidades vendidas até 30 de junho de 2018.

Abaixo apresentamos as principais informações contábeis da SPE 24:

Ativo	30 de abril de 2018	31 de maio de 2017
Ativo	8.715	21.875
Disponibilidades	2.563	3.240
Clientes a receber	3.089	7.006
Impostos a recuperar	9	8
Adiantamento a fornecedores	-	4
Estoques		
Terrenos	642	2.487
Obras em andamento	2.310	8.665
Encargos financeiros	102	399
Bens móveis	-	66
Passivo	767	13.530
Contas a Pagar	309	279
Empréstimos e financiamentos	-	12.026
Débitos sociais e tributários	172	255
Adiantamento de clientes	2	17
Contas a pagar	-	583
Débitos com Outras Empresas	218	218
Impostos diferidos	66	152
Patrimônio Líquido	7.948	8.345
Capital Social	7.305	7.305
Adiantamento para futuro aumento de capital		
JPP Capital Fundo de Investimento Imobiliário - FII	-	400
Outros sócios	-	369
Reservas de Lucro	282	(688)
Resultado Acumulado	361	959
Passivo e Patrimônio Líquido	8.715	21.875
Resultado do período	361	959

b. Avaliação do valor recuperável (*impairment*) dos empreendimentos imobiliários

O valor dos empreendimentos imobiliários das SPEs é avaliado para fins de redução ao valor recuperável (*impairment*) através de Fluxo de Caixa Descontado apurado e laudo de avaliação elaborado por empresa independente. A Administração, com base em suas análises, concluiu que não existe expectativa de perda em relação ao valor recuperável a ser registrado nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2018.

7 Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo 30 de junho de 2018 e 2017, o Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de risco

Risco de liquidez

As cotas dos fundos de investimento imobiliário têm pouca liquidez no mercado brasileiro e geralmente são constituídas na forma de condomínios fechados, não sendo admitido, portanto, o resgate de suas cotas. Dessa forma, os cotistas poderão enfrentar dificuldades em alienar suas cotas no mercado secundário. O investidor que adquire cotas do Fundo deverá estar consciente de que o investimento no Fundo consiste em investimento de longo prazo.

Risco de desapropriação

Por se tratar de investimento preponderante imobiliário, há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, de imóveis que comporão a carteira de investimentos do Fundo ou das Sociedades Investidas. Tal desapropriação pode acarretar a perda da propriedade, podendo impactar a rentabilidade do Fundo. Não existe garantia de que a indenização paga ao Fundo pelo poder expropriante seja suficiente para o pagamento da rentabilidade pretendida do Fundo.

Risco de sinistro

No caso de sinistro envolvendo a integridade física dos Ativos Imobiliários objeto de investimento pelo Fundo, os recursos obtidos pela cobertura do seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, nos termos da apólice exigida, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, observadas as condições gerais das apólices. Na hipótese de os valores pagos pela seguradora virem a não ser suficientes para reparar o dano sofrido, deverá ser convocada Assembleia Geral para que os Cotistas deliberem o procedimento a ser adotado.

Risco de despesas extraordinárias

O Fundo, na qualidade de proprietário dos Ativos Imobiliários, estará eventualmente sujeito ao pagamento de despesas extraordinárias, tais como rateios de obras e reformas, pintura, decoração, conservação, instalação de equipamentos de segurança, indenizações trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas que não sejam rotineiras na manutenção dos imóveis. O pagamento de tais despesas pode ensejar uma redução na rentabilidade das Cotas do Fundo. O Fundo estará sujeito a despesas e custos decorrentes de ações judiciais necessárias para a cobrança de aluguéis inadimplidos, ações judiciais (despejo, renovatória, revisional, entre outras), bem como quaisquer outras despesas inadimplidas pelos locatários, tais como tributos, despesas condominiais, bem como custos para reforma ou recuperação do imóvel.

Risco de contingências ambientais

Por se tratar de investimento em imóveis, eventuais contingências ambientais podem implicar em responsabilidades pecuniárias (indenizações e multas por prejuízos causados ao meio ambiente) para o Fundo.

Risco de crédito

Os Cotistas do Fundo terão direito ao recebimento de rendimentos que serão, basicamente, decorrentes dos valores pagos a título de locação e venda dos Ativos Imobiliários do Fundo. Dessa forma, o Fundo estará exposto aos riscos de não pagamento por parte dos locatários e/ou compradores. Os Ativos de Investimento estão sujeitos ao risco de crédito de seus emissores e contrapartes, isto é, existe possibilidade de atraso e não recebimento dos juros e do principal

desses ativos. Caso ocorram esses eventos, o Fundo poderá (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) eventualmente, sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos.

Risco de derivativos

Existe a possibilidade de ocorrerem alterações substanciais nos preços dos contratos de derivativos, ainda que o preço à vista do ativo relacionado permaneça inalterado. O uso de derivativos pode (i) aumentar a volatilidade do Fundo, (ii) limitar ou ampliar as possibilidades de retornos adicionais, (iii) não produzir os efeitos pretendidos, e (iv) determinar perdas ou ganhos aos cotistas do Fundo. Adicionalmente, ainda que os contratos derivativos sejam utilizados exclusivamente para proteção da carteira contra determinados riscos, não é possível evitar totalmente perdas para os cotistas se ocorrerem os riscos que se pretendia proteger. Por fim, os cotistas poderão a vir a ter que realizar aportes adicionais no Fundo caso ocorram prejuízos decorrentes da utilização dos derivativos.

Riscos jurídicos

Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico deste Fundo considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a este tipo de operação financeira, em situações de estresse, poderá haver perdas por parte dos Cotistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para manutenção do arcabouço contratual estabelecido.

Risco imobiliário

É o risco de desvalorização de um imóvel, ocasionado por, não se limitando, fatores como: (i) fatores macroeconômicos que afetem toda a economia, (ii) mudança de zoneamento ou regulatórios que impactem diretamente o local do imóvel, seja possibilitando a maior oferta de imóveis (e, consequentemente, deprimindo os preços dos aluguéis no futuro) ou que eventualmente restrinjam os possíveis usos do imóvel limitando sua valorização ou potencial de revenda, (iii) mudanças sócio econômicas que impactem exclusivamente a microrregião como, por exemplo, o aparecimento de favelas ou locais potencialmente inconvenientes como boates, bares, entre outros, que resultem em mudanças na vizinhança piorando a área de influência para uso comercial ou residencial, (iv) alterações desfavoráveis do trânsito que limitem, dificultem ou impeçam o acesso ao imóvel e (v) restrições de infraestrutura / serviços públicos no futuro como capacidade elétrica, telecomunicações, transporte público entre outros; (vi) a expropriação (desapropriação) do imóvel em que o pagamento compensatório não reflita o ágio e/ou a apreciação histórica.

Risco de atraso e interrupção na construção

Tendo em vista que o Fundo tem por objeto a aquisição de imóveis, direta ou indiretamente através das Sociedades Investidas, e o desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários, em caso de atraso na conclusão das obras, seja por fatores climáticos, financeiros, administrativos, operacionais, jurídicos ou de qualquer outra natureza, que possam afetar direta ou indiretamente o prazo estabelecido, o início do recebimento, pelo Fundo, de receitas relacionadas aos Ativos Imobiliários poderá ser afetado, fato que poderá impactar de forma negativa a rentabilidade do Fundo, independentemente das multas contratuais e legais. Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelos Cotistas. Há, ainda, o risco de demora na aprovação dos projetos para construção dos Empreendimentos Imobiliários que o Fundo desenvolver. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente o Fundo e, portanto, os Cotistas.

Risco da administração dos empreendimentos imobiliários por terceiros

Tendo em vista que o Fundo tem por objeto, principalmente, a aquisição e o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários e que a administração de tais empreendimentos será realizada por empresas especializadas, cuja atuação, apesar de fiscalizada pela Administradora, pelo Gestor e pelo Consultor Imobiliário, estará sujeita às condições contratuais típicas e necessárias à prestação de serviços, não é possível garantir que as políticas de administração adotadas por tais empresas estejam sempre ajustadas às melhores práticas do mercado, o que poderá acarretar rescisão antecipada de tais contratos, atraso na entrega da obra, não entrega da obra em face de insuficiência de recursos para cobrir o custo da construção por motivos financeiros do construtor, impactando diretamente a rentabilidade do Fundo.

Risco de não realização de investimentos

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores, em condições que não sejam economicamente interessantes para o cotista ou mesmo não realização dos investimentos. Em último caso, o Comitê de Investimentos poderá desistir das aquisições e propor, observado o disposto no regulamento, a amortização parcial das cotas do Fundo ou sua liquidação, sujeita à aprovação dos cotistas reunidos em assembleia geral.

Demais riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a riscos de naturezas diversas, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças regulatórias que afetem os fundos imobiliários ou suas atividades, alteração na política econômica, decisões judiciais, entre outros.

b. Controles relacionados aos riscos

O Gestor e a Administradora desenvolvem seus melhores esforços na seleção, no controle e no acompanhamento dos ativos do Fundo, contando, ainda, com o auxílio do Consultor Imobiliário.

A Administradora e a Gestora contam com a prestação de serviços do Consultor Imobiliário ao Fundo, especializado em selecionar e indicar Ativos Imobiliários a ser adquiridos pelo Fundo, indicar a contratação de quaisquer prestadores de serviços do Fundo, recomendar ao Comitê de Investimento a estratégia de desinvestimento em Ativos Imobiliários do Fundo, prospectar potenciais interessados na compra de Ativos Imobiliários para desinvestimento pelo Fundo, elaborar relatório de investimentos realizados pelo Fundo na área imobiliária, a fim de monitorar periodicamente o investimento, supervisionar quando for o caso a empresa contratada pelo Fundo para acompanhamento das obras, supervisionar a administração dos Contratos de Locação, programar benfeitorias visando à manutenção do valor dos Ativos Imobiliários e preparar as propostas de investimento, desinvestimento ou reinvestimento para apresentação ao Comitê de Investimentos.

A Administradora do Fundo realiza periodicamente o monitoramento do mercado imobiliário brasileiro, incluindo análise imobiliária da região em que o Fundo tem interesse de aquisições futuras de imóveis.

Qualquer propriedade no Brasil está exposta à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender às finalidades de utilidade e de interesse público. Por conta disso, o Administrador coordena a análise e o acompanhamento da regularidade da

situação dos imóveis e direitos reais sobre bens imóveis objetos da carteira do Fundo.

Periodicamente, o Administrador realiza o processo de verificação dos ativos, checando o processo de originação, formalização, cobrança e constituição de garantias.

Não obstante os cuidados a ser empregados pela Administração, não há garantias de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

9 Emissão e resgate de cotas

a. Emissões

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos. Adicionalmente, é admitida a integralização em imóveis e/ou títulos e valores mobiliários.

O Fundo somente poderá realizar novas emissões de cotas mediante prévia aprovação da assembleia geral.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve emissões de cotas.

b. Resgate e amortização de cotas

Não haverá resgate de cotas, conforme art. 2º da Lei nº 8.668/93, exceto no término do prazo de duração e em caso de deliberação de liquidação e/ou dissolução pela Assembleia Geral de Cotistas.

A Gestora poderá realizar amortizações extraordinárias, a seu exclusivo critério, levando em consideração as despesas e os investimentos previstos para o Fundo e as receitas auferidas no exercício.

No exercício findo em 30 de junho de 2018 houve amortização de cotas no montante de R\$ 7.000 (R\$7.300 em 2017).

10 Negociação das cotas

As Cotas, depois de integralizadas, serão admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

11 Encargos do Fundo

a. Taxa de Administração

A Administradora receberá do Fundo, uma taxa de administração incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo. Essa taxa de administração remunerará os serviços de administração do Fundo, gestão da carteira, controladoria do Fundo, escrituração das cotas do Fundo, e consultoria imobiliária para aquisição dos Ativos Imobiliários pelo Fundo.

A Administradora receberá, pelos serviços prestados ao Fundo, uma Taxa de Administração equivalente a 2% do Patrimônio Líquido do Fundo, calculada diariamente, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, remuneração que será paga mensalmente, até o 5º Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas

No exercício findo em 30 de junho de 2018 a despesa com taxa de administração, gestão e consultoria imobiliária foi de R\$ 84, R\$ 113 e R\$ 705, respectivamente (Em 2017 foi de R\$ 985, R\$ 37 e R\$ 235, respectivamente).

b. Taxa de performance

Será paga uma taxa de *performance* ao consultor imobiliário, independentemente da remuneração mensal a ser paga pela prestação de serviços de consultoria, a ser calculada por ocasião da distribuição dos rendimentos, amortização das cotas ou liquidação do fundo. Uma vez realizadas distribuições de rendimentos e amortizações de cotas pelo Fundo que correspondam a 100% do valor de emissão de cotas, acrescido da variação acumulada do IPCA no período entre a data de integralização e o pagamento pelo Fundo, acrescido de 7% ao ano, novos pagamentos de distribuições de rendimentos e amortizações de cotas pelo Fundo deverão ser distribuídos na proporção de 80% para os cotistas e 20% para o consultor imobiliário.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não houve despesas com taxa de *performance*.

c. Encargos debitados ao fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio de R\$ 42.584 foram os seguintes:

Encargos	R\$	% PL médio
Taxa de Consultoria	(705)	1,66%
Taxa de gestão	(113)	0,27%
Taxa de auditoria e custódia	(96)	0,23%
Taxa de Administração (Nota10)	(84)	0,20%
Despesas tributárias	(46)	0,11%
Taxa Cetip/Selic	(21)	0,05%
Taxa de Fiscalização CVM	(13)	0,03%
Outras Despesas	(22)	0,05%
	(1.100)	2,58 %

12 Política de distribuição de resultado

Os resultados auferidos são incorporados diariamente ao patrimônio líquido. O Fundo deverá distribuir a seus Cotistas, no mínimo, 95% do lucro apurado segundo o regime de caixa, já descontados os compromissos e os eventuais investimentos programados, bem como a reserva de contingência.

Os rendimentos auferidos serão distribuídos aos Cotistas e pagos mensalmente, sempre no 10º dia útil do mês subsequente ao do recebimento dos recursos pelo Fundo, a título de antecipação dos rendimentos do semestre a serem distribuídos, sendo que eventual saldo de resultado não distribuído como antecipação será pago no prazo máximo de 10 dias úteis após o encerramento

dos balanços semestrais, podendo referido saldo ter outra destinação dada pela assembleia geral, com base em eventual proposta e justificativa apresentada pelo gestor.

Farão jus aos rendimentos os titulares de Cotas do Fundo (i) inscritos como Cotistas nas contas de depósito mantidas pelo escriturador das cotas no fechamento do último dia útil do mês imediatamente anterior ao da distribuição de rendimentos e (ii) adimplentes com suas obrigações de integralização das cotas até aquela data.

Base de cálculo

	2018	2017
Base de Cálculo – Resultado financeiro líquido	(932)	2.219
Resultado mínimo a distribuir – 95%	-	2.108
	2018	2017
Saldo a distribuir do exercício anterior	153	1.039
Rendimentos pagos no exercício	(153)	(3.103)
Rendimentos a pagar	-	153

13 Custódia de títulos e operações da carteira

Os títulos e valores mobiliários privados são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

As operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

14 Prestadores de serviços

Custódia:	Banco Finaxis S.A.
Controladoria:	Banco Finaxis S.A.
Escrituração:	Banco Finaxis S.A.
Gestão:	JPP Capital Gestão de Recursos Ltda.
Consultor imobiliário:	JPP Capital Investimentos Imobiliários Ltda.
Tesouraria:	Banco Finaxis S.A.
Distribuição das cotas:	Banco Finaxis S.A.

15 Rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, o resultado do Fundo e o patrimônio líquido médio dos exercícios foram os seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Resultado	Patrimônio líquido médio
Exercício findo em 30 de junho de 2018	(2,89)	(1.338)	42.584
Exercício findo em 30 de junho de 2017	(0,51)	(293)	51.458